



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SERVIÇO EM GERAL**

**1. OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada para fornecimento de gêneros alimentícios, na forma de *kits* lanche, visando atender às necessidades deste Tribunal, conforme condições, quantidades e exigências contidas neste instrumento (**CATSER 003697**).

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1. JUSTIFICATIVA (MOTIVAÇÃO/NECESSIDADE)**

**2.1.1.** A presente contratação se faz necessária para atender aos Membros desta Corte Eleitoral e a respectiva equipe de apoio durante as Sessões Plenárias em razão de possuírem duração maior durante o período eleitoral, sem horário determinado para término e sem intervalos.

**2.1.2.** Não há possibilidade de o serviço ser oferecido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, daí a necessidade de contratação de terceiros que possam montar e fornecer alimentos processados e separados em porções individuais.

**3. DESCRIÇÃO E REQUISITOS DO OBJETO**

**3.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**3.1.1.** Serão necessários o fornecimento de 31 (trinta e um) *kits* lanches por Sessão, no período de agosto a dezembro, conforme tabela abaixo:

<b>Mês</b>	<b>Nº estimado de Sessões</b>	<b>Qtde. lanches/Sessão</b>	<b>Total lanches/mês</b>
Agosto	12	31	372
Setembro	15	31	465
Outubro	15	31	465
Novembro	15	31	465
Dezembro	15	31	465
<b>Total</b>	<b>72</b>		<b>2232</b>

**3.1.2.** O quantitativo de serviços foi calculado com base na quantidade de Sessões Plenárias multiplicado pelo número de beneficiários informados pela COSAP (1113954) e pelo número de servidores da Secretaria

de Tecnologia da Informação e Secretaria de Administração e Orçamento que atuam como apoio às sessões plenárias.

**3.1.3.** A prestação do serviço corresponde a entrega de lanche em formato de *kit* (sanduíche + 350ml de suco ou refrigerante) em embalagem individual.

**3.1.4.** Os sanduíches serão variados de acordo com cardápio pré-aprovado pelo Fiscal do Contrato, sendo que, por Sessão Plenária, serão oferecidos apenas duas variedades de sanduíches e duas variedades de bebida, conforme cardápio abaixo descrito:

**3.1.4.1.** Saduiches, contendo:

- Pão (de forma integral, de forma branco, light, brioches, hamburguer, árabe, francês, ciabatta, etc.);
- Queijo (muzzarela, mussarela de búfala, minas, prato, etc.);
- Embutidos (presunto, peito de peru, peito de frango, frango, etc.);
- Recheios tipo patê, requeijão cremoso, etc.;
- Outros complementos, tais como: alface, tomate, rúcula, passas, milho, ervilha, etc., sendo vedada a utilização de maionese.

**3.1.4.2.** Bebidas:

- Sucos em lata, podendo ser tradicional, light ou zero desde que, obrigatoriamente, haja um percentual destinados aos dietéticos;
- Refrigerantes em lata, podendo ser Guaraná Kuat, Antártica ou similar, Pepsi-cola ou Coca-cola ou similar, podendo ser tradicional, light ou zero desde que, obrigatoriamente, haja um percentual destinados aos dietéticos;

**3.1.5.** O recebimento dar-se-á após verificação física que constate a integridade do produto e após verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência.

**3.1.6.** No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido ou as embalagens apresentarem defeitos ou violações será lavrado Termo de Recusa no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser recolhido e substituído, quando for possível, no prazo de 01 (uma) hora, após a notificação à Contratada, sem qualquer custo adicional para a Contratante.

**3.1.7.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas no Edital, no Termo de Referência e no Instrumento Contratual/nota de empenho.

## **3.2. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.2.1.** O objeto que se pretende contratar enquadra-se, para efeitos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, no conceito de “serviços comuns”, e deverão ser prestados no período 15 de agosto a 19 de dezembro 2024 (período eleitoral).

## **3.3. SUSTENTABILIDADE**

**3.3.1.** A Lei nº 14.133/2021 prevê no seu art. 5º que deverá ser observado, nas contratações públicas, além de outros princípios, o princípio do desenvolvimento nacional sustentável. O art. 11, inciso IV, da mesma lei, prevê que o processo licitatório tem como um dos seus objetivos, incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

**3.3.2.** Nesse contexto, a Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e redução dos índices de poluição com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio

ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos, tais como:

- Obedecer rigorosamente às normas da Secretaria da Saúde e do Ministério do Trabalho e ANVISA – Agência de Vigilância Sanitária quanto às normas sanitárias;
- Observar a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis;
- Utilizar preferencialmente materiais reciclados, biodegradáveis ou atóxicos na execução do objeto contratado.
- Fazer uso racional da água utilizada nos processos de produção, estimulando, quando for o caso, sua reutilização;
- Segregar os resíduos sólidos originados nos processos de produção ou obtidos na prestação do serviço;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços.

## **4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **4.1. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1.1.** Os *kits* lanches deverão ser entregues na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo localizado à Avenida João Batista Parra, nº 575, Praia do Suá, Vitória-ES.

### **4.2. ROTINAS (ATIVIDADES), FREQUÊNCIA E PERIODICIDADE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.2.1.** Os *kits* lanches serão fornecidos durante o período eleitoral, qual seja, de 15 de agosto a 19 de dezembro de 2024.

**4.2.2.** Os *kits* lanches deverão ser entregues nos dias de Sessões Plenárias, devidamente embalados, até às 16h, no 3º andar do edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

**4.2.2.1.** As Sessões Plenárias, durante o período eleitoral, acontecem, ordinariamente, de segunda-feira à quinta-feira.

**4.2.2.2.** Na hipótese de alteração das Sessões Plenárias, a Contratada será comunicada pelo Fiscal de Contrato com antecedência mínima de 24h (vinte e quatro horas).

**4.2.2.3.** Havendo alteração das datas previstas para a realização das Eleições 2024, os prazos previstos neste item 4.2, bem como no item 4.5, poderão ser alterados pela Contratante, conforme previsão contida no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

**4.2.3.** A Contratada deverá apresentar toda quinta-feira de cada semana o cardápio referente à semana seguinte para aprovação da Contratante.

**4.2.3.1.** A aprovação do cardápio pela Contratante será realizada por meio do fiscal de contrato que será oportunamente indicado.

**4.2.4.** Os *kits* lanches deverão obedecer ao cardápio aprovado, somente sendo permitido alteração dos itens escolhidos mediante prévia autorização do fiscal contratual.

**4.2.5.** Todos os gêneros alimentícios, condimentos ou quaisquer outros componentes utilizados na elaboração dos sanduíches devem ser, obrigatoriamente, de primeira qualidade, estar no prazo de validade e em perfeitas condições de conservação, higiene e apresentação.

### **4.3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**4.3.1.** Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, a quem compete realizar:

a) Anotação em registro próprio das falhas detectadas e demais ocorrências.

b) Comunicação formal de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

**4.3.2.** Aprovar e/ou sugerir mudanças no cardápio apresentado pela Contratada até sexta-feira da semana anterior a execução do referido cardápio;

**4.3.3.** Recusar qualquer produto entregue em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência ou impróprios para o consumo, ainda que dentro do prazo de validade;

**4.3.4.** Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

**4.3.5.** Permitir que os funcionários da Contratada, desde que devidamente identificados, tenham acesso ao local de entrega;

**4.3.6.** Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas no respectivo Contrato.

### **4.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**4.4.1.** Receber/Retirar a nota de empenho no prazo 3 dias úteis. Havendo instrumento contratual, o mesmo deverá ser assinado digitalmente no prazo de 3 dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE-ES.

**4.4.2.** Disponibilizar, por email, no prazo de até 03 (três) dias úteis da notificação, os contatos de telefone e email para comunicação com o TRE-ES, bem como manter os dados atualizados durante toda a fase de execução da contratação.

**4.4.3.** Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional.

**4.4.4.** Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato.

**4.4.5.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

**4.4.6.** Fazer como que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina durante o período de permanência nas dependências do TRE-ES, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários (shorts, chinelos de dedo, camisetas regatas ou sem camisa).

**4.4.7.** Comunicar ao TRE-ES, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.

**4.4.8.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

**4.4.9.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**4.4.10.** Arcar com todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**4.4.11.** Fornecer produtos frescos e adequados para o consumo, dentro dos padrões de higiene devidos e de acordo com a legislação vigente.

**4.4.12.** Fornecer alimentos dentro de seu prazo de validade para consumo, à temperatura adequada devendo ser preparados, obrigatoriamente, no dia do consumo.

## **4.5. VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**4.5.1.** O prazo de vigência do contrato deverá ser de 01/08/2024 a 31/12/2024.

## **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **5.1. COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA**

**5.1.1.** Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico.

**5.1.2.** A Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico.

**5.1.3.** A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.

**5.1.4.** As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informado previamente.

### **5.2. FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

**5.2.1.** Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução fiel de todos os serviços, o Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

**a)** exigir o cumprimento das obrigações;

**b)** ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

**c)** examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

**d)** reunir-se na primeira semana de cada mês, com o preposto da Contratada, para análise do Registro de Acompanhamento da Execução dos Serviços e relação de faltas e substituições do mês anterior, e relação de

férias, se houver, visando o aprimoramento da prestação dos serviços e correção de falhas porventura ocorridas;

e) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

f) efetuar esclarecimentos das dúvidas porventura existentes e encaminhar à Administração/TRE-ES os casos de descumprimento contratual que impliquem na aplicação de penalidades

### **5.3. SANÇÕES APLICÁVEIS**

**5.3.1.** O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho (ou a recusa em aceitá-la), ou para a assinatura do contrato, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de licitar e contratar com a UNIÃO pelo período de até 3 (três) anos;

**5.3.2.** Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o contratado que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas no art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e, ainda, às seguintes penalidades:

a) Pelo atraso injustificado na entrega dos *kits* lanche, a Contratada estará sujeita ao pagamento de multa correspondente a 2% (dois por cento) por cada 30 (trinta) minutos de atraso, incidente sobre o valor do objeto em atraso, até 01 hora e 30 minutos, podendo atingir o percentual de 6% (seis por cento).

b) Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Contratada estará sujeita ao pagamento de multa correspondente a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor do objeto inexecutado.

c) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita a multa correspondente a 1% (um por cento) por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

**5.3.2.1.** O atraso injustificado superior a 1h30 caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto na alínea “b”.

**5.3.2.2.** Poderão ser aplicadas as demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, cumuladas às multas acima previstas.

**5.3.2.3.** A aplicação das multas previstas não exime a Contrata de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

**5.3.2.4.** Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

**5.3.2.5.** A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

**5.3.2.6.** As sanções aplicadas serão publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

**5.3.2.7.** A contagem do prazo estabelecido na alínea “a” do caput inicia-se automaticamente na primeira meia hora de atraso na entrega, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

## **6. PRAZOS E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

## **6.1. PRAZO DE PAGAMENTO**

**6.1.1.** O Contratante pagará à Contratada, mensalmente, o valor correspondente aos *kits* lanche fornecidos, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o 5º (quinto) dia útil subsequente à apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma.

**6.1.2.** O pagamento será efetuado obedecendo-se a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

**6.1.3.** Será considerada como “data do pagamento” o dia em que for emitida a respectiva ordem bancária.

## **6.2. CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO**

**6.2.1.** O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere as retenções tributárias.

**6.2.2.** O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser, obrigatoriamente, emitido pelo mesmo estabelecimento contratado.

**6.2.3.** Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

**6.2.4.** A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

**6.2.5.** A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

**6.2.6.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da fórmula  $EM = I \times N \times VP$ , na qual: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.  $I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$ , assim apurado:  $I = i/365$        $I = 6/100/365$        $I = 0,0001643$  Em que  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%.

## **6.3. REAJUSTAMENTO**

**6.3.1.** Não haverá reajustamento de preços.

## **7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **7.1. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**7.1.1.** Será considerado vencedor o proponente que apresentar o menor valor por item, que não poderá ser superior ao valor estimado da contratação.

**7.1.1.1.** Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula ao cumprimento de seus termos.

## **7.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Quando necessária)**

**7.2.1.** Apresentar, para fins de qualificação econômico-financeira, Certidão Negativa de Falência e Concordata ou Execução Patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede da empresa.

## **8. PREÇO ESTIMADO**

**8.1.** O valor unitário estimado para cada *kit* lanche é de **R\$ 16,90** (dezesseis reais e noventa centavos) e o preço estimado da contratação é de **R\$ 37.720,80** (trinta e sete mil setecentos e vinte reais e oitenta centavos), conforme apuração registrada em documentos próprios pela Seção de Compras.

## **9. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (Lei nº 13.709/2018)**

**9.1.** As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

**9.2.** É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**9.3.** A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

**9.4.** As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

## **10. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**10.1.** Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio atesta estar ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas neste documento, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

**10.2.** Para a execução do serviço objeto do presente Termo de Referência não poderão ser contratadas:

- Empresas que possuam em seu quadro, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/ES, nos termos da Resolução CNJ Nº 07/2005 e alterações posteriores;



- Empresas que possuam em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos da Resolução CNJ N° 07/2005 e alterações posteriores;
- A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores da incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
- Havendo alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie o disposto na Resolução CNJ N° 07/2005, essa deverá ser imediatamente comunicada a este Tribunal para as providências julgadas cabíveis;
- A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE-ES, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

**10.3.** É vedado à Administração ou seus servidores praticar atos de ingerência na administração da Contratada;

**10.4.** É vedado a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRESSA MARIA BRUNORO GRILLO**, Analista Judiciário, em 23/04/2024, às 16:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1141863** e o código CRC **E186925E**.